

# Saúde pode receber menos recursos

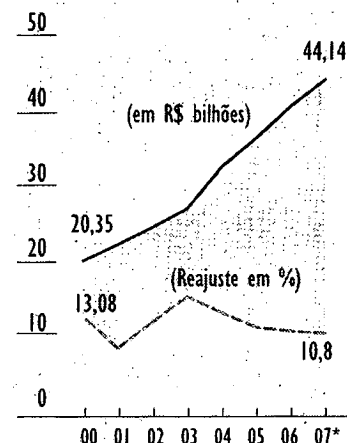
*O Planalto vai propor mudanças na correção dos valores direcionados para a área em 2007*

VALDEREZ CAETANO  
BRASILIA

O governo está disposto a mudar a forma de correção dos recursos federais para a área de Saúde. Uma das propostas prevê a mudança do índice de reajuste das verbas, o qual seria menor do que o adotado atualmente. Outra idéia é considerar gasto de saúde dinheiro aplicado, por exemplo, em programas sociais como o Bolsa Família, orçado em R\$ 8 bilhões neste ano. As duas medidas resultarão, na prática, na diminuição de recursos para a Saúde de forma gradual.

Para implementá-las, o governo terá de enfrentar o lobby da bancada da saúde no Congresso, formada por 240 parlamentares, além de eventual desgaste social. Entre o primeiro e o segundo turnos, o candidato do PSDB à Presidência, Geraldo Alckmin, criticou a atuação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Cobrou, por exemplo, a construção

## EVOLUÇÃO DOS GASTOS COM SAÚDE

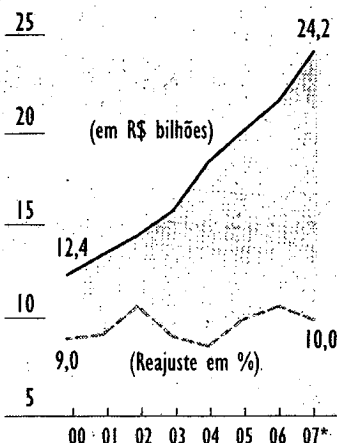


Fontes: Tesouro Nacional e Orçamento da União \* Projeção

de hospitais e a aplicação de mais recursos na área de saúde.

De acordo com integrantes do governo, um projeto que muda a Emenda Constitucional 29 — que trata do setor — deve ser enviado ao Congresso em janeiro. A sugestão para alterar o indexador já está na mesa do presidente Lula e faz parte das medidas de redução de gastos correntes prometidas pelo governo. Hoje, os recursos da saúde são corrigidos pelo crescimento da economia mais a inflação, o chamado PIB Nominal.

## EVOLUÇÃO DOS RECURSOS PARA EDUCAÇÃO



A idéia é atualizar os valores pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) — usado no regime de metas de inflação — mais a taxa média do crescimento populacional (1,4%). Se a medida estivesse em vigor, a previsão de recursos para a Saúde em 2007 cairia de R\$ 44,14 bilhões, conforme a proposta de Orçamento de 2007, para R\$ 42,4 bilhões. “A redução parece pouca, mas da forma como os recursos são corrigidos hoje o aumento dos gastos é progressivo”, disse fonte do governo.

Ele lembrou que, enquanto a inflação de 2000 a 2006 cresceu 50%, os recursos destinados à Saúde aumentaram mais de 100%. O presidente da Frente Parlamentar da Saúde, deputado Rafael Guerra (PSDB-MG), promete reagir à proposta. “O indicador é o PIB”, defende.

O governo quer ainda que ações como investimentos em saneamento sejam considerados gastos com saúde. Tal possibilidade hoje é vetada pelo Congresso, embora a Emenda Constitucional 29 ainda não esteja regulamentada. Esta mudança também constará do projeto que será enviado ao Congresso em janeiro. Integrantes do governo alegam que os gastos com Saúde são os únicos do Orçamento que têm indexação total (inflação e crescimento econômico).

No caso da área de educação, por exemplo, a Constituição define que a União destinará 18% da arrecadação líquida para a rubrica. Assim, os recursos só são repassados depois de descontadas as transferências constitucionais para Estados e municípios e os 20% da DRU (Desvinculação das Receitas da União). Integrantes do governo também alegam que há recursos suficientes para a área de Saúde.